

Arlindo Fábio Gómez de Souza

Um cavaleiro na tomada do Castelo

Ana Cláudia Peres

“O processo de repressão em cima da Escola e de esvaziamento era muito violento”

Arlindo Fábio Gómez de Sousa, mas podem chamar de Abade Schultz. Este o apelido dado ao atual superintendente do Canal Saúde da Fiocruz pelo pesquisador Luiz Fernando, ou Ludovicus Tertius Guanabarin. Os dois faziam parte do grupo que sustentou a Escola Nacional de Saúde Pública (Ensp) na década de 1970 e mudou a face da Fundação Oswaldo Cruz nos anos 80. Os sanitaristas se inspiravam no filme *O Incrível Exército de Brancaleone* — um clássico do cinema italiano no qual um bando de maltrapilhos bem-intencionados rouba o título de um castelo. Meio na brincadeira e muito a sério, a turma foi a responsável pelo movimento que levou Sergio Arouca à presidência da Fiocruz, em maio de 1985, marcando um dos períodos mais fecundos da instituição.

Essa e muitas outras histórias de bastidores foram lembradas por Arlindo Fábio nesta entrevista à *Radis*. Sociólogo e fundador do Canal Saúde, Arlindo já exerceu, entre outros cargos: a direção do Departamento de Ciências Sociais, a vice-direção e direção da Ensp, a vice-presidência da Fiocruz, a presidência da Abrasco e a secretaria executiva da Comissão Nacional da Reforma Sanitária, responsável pela elaboração do texto que, com acréscimo de emenda popular, serviu de base para o capítulo referente à Saúde aprovado pela Assembleia Nacional Constituinte de 1988.

Com a Ensp, mantém uma relação tão duradoura quanto a de seu casamento de 47 anos com Inês Ribeiro, que lhe deu três filhos e quatro netos. Em 2014, quando se comemoram os 60 anos da Escola e os 20 do Canal Saúde, esse gaúcho de Bagé diz que não abandonou o sonho de um projeto coletivo para a saúde e que mantém o cavalo enclilhado para as próximas *peleas*. Ludovicus Tertius Guanabarin e Abade Schultz seguem a máxima *peleo porque me gusta pelear*.

O senhor chega na Ensp, em 1967, quando o país vive um dos períodos mais duros da ditadura militar. Como aconteceu a sua entrada na Escola e como se dava a resistência dentro da instituição?

Eu me formei em 66, na Escola de Sociologia e Política da PUC-Rio, onde fui presidente do Centro Acadêmico. Lá, fui também professor de duas disciplinas. Um dia, o professor Manuel Diegues Júnior,

me diz: “Arlindo, estão precisando de um sociólogo na Escola Nacional de Saúde Pública”. Eu não tinha a mínima ideia do que era a Escola. E não sabia também que meu professor de antropologia me tinha em bom conceito. Como tinha ficado noivo e a vida estava *mais ou menos muito* apertada, fui ver do que se tratava. Fiz uma entrevista simples num processo de seleção. No dia 1º de julho de 67, entrei na Escola. No dia 29, casei. Esses dois casamentos mantêm-se até hoje. São 47 anos. Mas tanto em um quanto no outro, não estou sempre fazendo a mesma coisa. No caso da Fiocruz, é a pluralidade da instituição que me dá chance de poder viver e sobreviver a diferentes momentos. Naquela época, as Ciências Sociais não eram uma disciplina trivial no campo da saúde. Mas na direção da Ensp existia um maluco genial — como todo maluco, gênio, e, como todo gênio, maluco — chamado Edmar Terra Blois. Além de chamar para a Escola uma equipe extremamente competente, [*Szachna Elias*] Cynamon, Elza Paim, Joir [*Gonçalves da Fonte*], Luiz Fernando [*da Rocha Ferreira da Silva*], Akira [*Homma*], Acássia [*Mendonça*], Lenita [*Vasconcelos*], Hélio [*Huchôa*], Sávio [*Antunes*], entre outros, ele resolveu introduzir na Ensp as Ciências Sociais, o que queria dizer sociologia, política, antropologia, educação, economia e psicologia. A Sociologia, fora do espaço acadêmico da própria Sociologia, era mal vista, e os sanitaristas, dentro da área médica, considerados de segunda classe. Pensei comigo: “Sou duplamente marginal: sociólogo e sanitarista. Já é um bom começo”.

Como esse moço ‘duas vezes marginal’ enfrentou a repressão naquela época?

No final dos anos 1960, éramos na Ensp oitenta e poucos professores. Desses, fruto das pressões e repressões, acabamos ficando 18 no início dos anos 1970. O processo de repressão em cima da Escola e de esvaziamento foi muito violento. Tenho a veleidade de dizer que, por uma questão de resistência, esses 18 resolvemos segurar a barra. Fizemos, digamos, um pacto político. Mesmo as pessoas que não tinham posição política mais definida, mas que também achavam que era importante que a Escola se mantivesse, se juntaram em torno desse mesmo objetivo. Assim como os 18 do Forte de Copacabana, nós nos apelidamos de *Os 18 de Mangueiros*. É um grupo que

**Participaram da entrevista Rogério Lannes, Felipe Plauska e a convidada Márcia Correa e Castro, jornalista e coordenadora geral do Canal Saúde*

vai, eu diria, fertilizar com o seu pensamento o restante da instituição [Fiocruz]. Esses 18 vão se reproduzir, talvez por cissiparidade [risos], mas veremos, em momentos subsequentes, como isso vai permear toda a Fundação. Por exemplo, Akira em Biomanguinhos, Luiz Fernando [Radis 130], Sérgio Coutinho e Herman Schatzmayr, no Instituto Oswaldo Cruz. Depois de nossa chegada na presidência em 1985, se intensifica a presença dos sanitistas na condução da Fiocruz.

Nesses anos de repressão quem pressionava vocês mais diretamente? Que tipo de exigências eram feitas?

Bem, alguns de nós fomos convidados a *tirar férias* em instituições militares. Alguns fomos presos. Claro que havia, dentro da Escola, e também em sala de aula, gente que informava o conteúdo do que ministrávamos. Imagina o que era dar aula de Sociologia e Política... Quando a Aeronáutica me convidou para conhecer suas instalações por dentro, eu entendi que tinha alguém assistindo minhas aulas e que fazia esse papel.

Você foi convidado a prestar depoimento ou permaneceu lá?

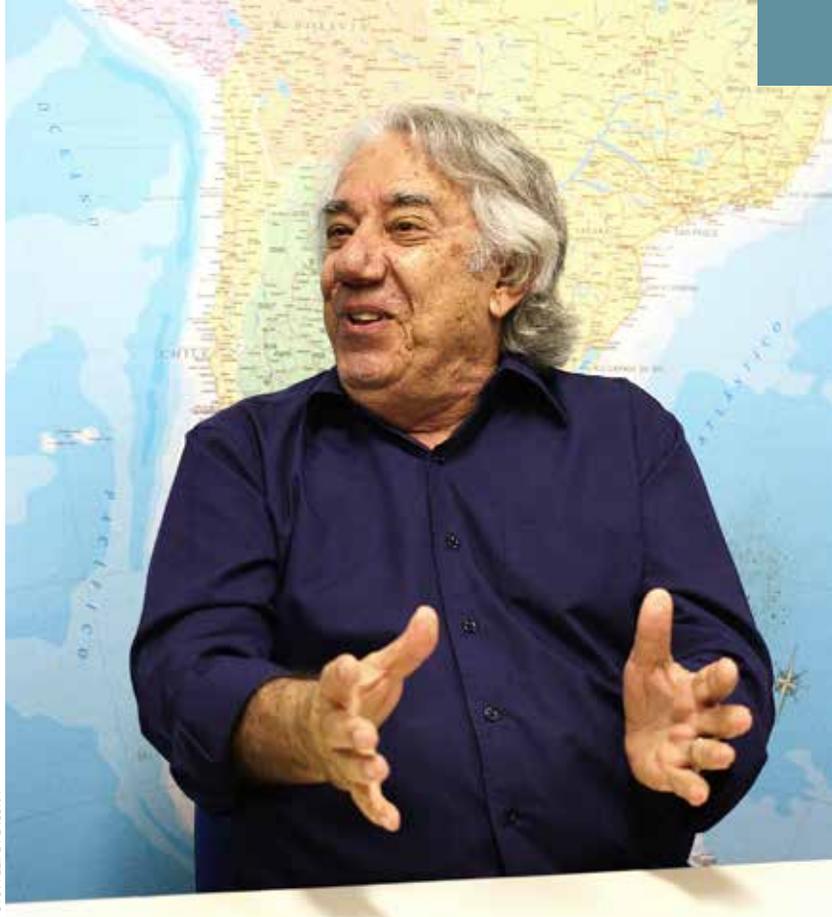
Eu fiquei lá. Mas tem coisas que a gente gosta de contar e outras só nomina. [Silêncio]

E qual foi, depois disto, a atitude de vocês?

Chegamos a um determinado ponto de esvaziamento da Escola, em 1971/72, em que tínhamos só três cursos. Aí, suspendemos um, o Curso Básico, para avaliar até que tivéssemos um mínimo de clareza de para onde a saúde pública iria. Os anos de 1973 e 1974 são importantes pra nós. Até ali, apesar de sermos uma Escola Nacional de Saúde Pública, de nacional mesmo restava pouco. Uma tarde Eduardo [Costa], Ayrton Fishmann [Secretaria de Saúde do Rio Grande do Sul] e eu conversávamos sobre o que mais poderíamos fazer, o que poderíamos ensinar. Chegamos a uma consenso que passou a ser a referência ético-ideológica para nossas atividades no ensino da saúde pública: tudo o que fosse favorável a um peão de uma estância no Rio Grande do Sul seria norteador para as disciplinas da Escola. Três gaúchos juntos [risos]! Em 1974, fizemos um seminário e trouxemos Elisa Sã, de Belém, e o [Jorge] Ossanay, do Rio Grande do Sul, entre outros companheiros. Ali, pactuamos a descentralização dos cursos de saúde pública que em 1975 começaram em Belém e Porto Alegre. Internamente começamos a trabalhar no regimento interno da escola, na carreira de professores e pesquisadores, montamos nossos quadros obedecendo às categorias do ensino superior no Brasil, fizemos o regulamento de ensino, criamos um conselho interno com representação...

Nessa época, vocês trazem gente de fora para os cursos da Ensp e isso acaba fazendo toda a diferença. Fale um pouco desse processo.

Quando começamos os cursos descentralizados, tínhamos por objetivo ampliar a formação de diferentes profissionais para a saúde pública, recuperar o caráter nacional da Escola e, entre outras razões, obviamente, nossa sustentação política. Isso nos fortalecia tanto quanto fortalecia nossos companheiros



no Rio Grande do Sul e no Pará naquele primeiro momento. Isso se ampliou para a totalidade dos estados brasileiros nos anos subsequentes. Para entender melhor essa estratégia, conto um episódio que diria, pelo menos, risível. Houve um ministro da saúde que tentou acabar com os cursos descentralizados da Ensp. Em visita a um estado do Norte de país ele recebeu uma medalha de Honra ao Mérito, ou algo parecido. Entre as justificativas para a medalha, estava a realização do curso descentralizado de saúde pública no estado [risos]. Nessa época, houve também a crise em Campinas e Ribeirão Preto [perseguição aos professores e pesquisadores de esquerda]. Trouxemos aqueles companheiros para cá e realizamos concursos públicos para novos professores da Escola.

E como se davam os concursos públicos naquelas circunstâncias?

A barra era pesada. No concurso em que o Sergio Arouca se apresentou para professor titular de planejamento, havia mais três candidatos, um deles, um capitão do Exército. Na banca estavam Elza Paim [Presidente], Mário Sayeg, Paulo Ribeiro [professor da Fundação Getúlio Vargas] e eu. Quando entramos em sala, estava tudo verde; fardados coronéis, majores, capitães. E nós ali... [risos]. Aí, entra o capitão para dar a sua aula. Antes de começar, pediu licença para que um cadete pudesse escrever no quadro-negro algumas notas para ele. Aí, tem toda aquela formalidade solicitada por ele: canta-se o Hino Nacional, batem-se os calcanhares. E finalmente ele começa a dar a aula, com uma particularidade: como estivera de costas enquanto o aspirante escrevia no quadro, não se deu conta de que o texto havia sido escrito em colunas e, portanto, a leitura deveria

FOTO: FELIPE PLAUSKA

se dar de cima para baixo. Ele leu da esquerda para a direita, horizontalmente. Imaginem, nada fazia sentido. O homem ainda fez um longo discurso e, à medida que ia prosseguindo, os mais graduados iam se enterrando na cadeira. Foi provavelmente uma das provações, ou reprovações, mais difíceis da história de nossa Ensp. Dos quatro da banca, três demos zero e um deu 4, o que resultou na média de um ponto para cada um de nós. Assim, não haveria ninguém dando zero, justificou o membro da banca. Aqui na Fundação, até 1985, tínhamos até um coronel do SNI (Serviço Nacional de Informação) e um outro responsável pela Segurança do campus.

Juntamente com uma enorme capacidade de articulação política, havia também um lado lúdico marcante no comportamento desse grupo. Como eram os bastidores das articulações que acabaram levando Sergio Arouca à presidência da Fiocruz, as reuniões no bar em Bonsucesso, os planos para a ‘tomada do Castelo’?

Era um pouco — um pouco, não, era muito! — como o exército de Brancaleone [do filme *O incrível exército de Brancaleone*, de 1966]. Entre nós, Ludovicus Tertius Guanabario, também conhecido como Luiz Fernando, e Abade Schultz, também conhecido como Arlindo Fábio, montávamos as histórias [risos]. O Luiz Fernando nos encantava com as histórias de Ricamor, uma mulher que cavalgava nua pelos bosques de Manguinhos, qual Godiva, com longos cabelos louros esvoaçantes nas noites de luar. Isso incentivava nossa ideia da tomada do Castelo [referência ao Castelo Mourisco do campus da Fiocruz]. “Afinal, de que vale tomar o castelo a não ser para salvar uma bela donzela aprisionada”, dizia Ludovicus. [risos] Até determinado momento, não tínhamos outra pretensão além de conquistar a vice-presidência de ensino da Fiocruz. Nessa época, eu era diretor da Ensp, e disse ao Guilardo [Martins Alves, presidente da Fiocruz entre 1979 e 1985] que queríamos que a escola pudesse indicar o vice. Ele achava que isso seria muito difícil e que não poderia aceitar compromisso dessa ordem. Levei isso para o nosso grupo, que decidiu pensar, então, na presidência da Fiocruz.

Como foi esse processo?

Depois da morte do Tancredo [Neves], o ministro da Saúde do [José] Sarney era o Carlos Sant’anna. Com um grupo de professores da Ensp fui a Brasília reivindicar a presidência da Fiocruz para o Arouca. Com seu jeito peculiar Sant’Anna ouviu e disse que trouxéssemos um nome que fosse unanimidade, apontado pelo PMDB do Rio. O candidato do partido, antes desse encontro com Sant’Anna, não era o Arouca. Na verdade, era eu, por força do apoio de militantes daquele partido. Mas naquele momento, por muitas e variadas razões, entendi que não tinha condições de assumir esse compromisso. Disse isso ao Arouca em um telefonema que ele me deu perguntando se eu era o candidato. E disse que o apoiaria. Ao que me respondeu: “Eu só vou se você for comigo”. Respondi que uma vice com ele eu aceitava. Foi então que assumi a coordenação da campanha. Fui à sede do PMDB no Rio onde fiz discurso em busca da unanimidade requerida ao nome do Arouca, fui a Brasília, coordenei internamente as

articulações e também junto ao ministro.

O que significou para sua história pessoal ter participado daquele momento de modo tão direto?

Nunca fui de “tiro curto”. O meu ritmo nunca foi de corrida de cem metros. E uma das coisas boas de todo esse tempo é ter podido conviver com — e, quando possível, eleger para trabalharmos juntos — pessoas pelas quais tivesse total respeito, mesmo com divergências. O que fica é uma lição permanente de compartilhar objetivos. Para usar uma expressão gaúcha, minha prática política é no ritmo de um tranquilo, um tipo de trote calmo, permanente para longo curso. Minha história é no tranquilo. Não tem espasmos, não tem “patacoadas”.

E é no tranquilo que você acaba desempenhando papel fundamental na Reforma Sanitária. Qual foi o principal legado dessa experiência para a nossa história política, de participação e democracia?

Antes de tudo, sempre busquei uma prática de ação coletiva. Na minha percepção, deve-se muito aos cursos descentralizados de saúde pública o consenso então conseguido para que fossem alcançados os resultados da 8ª Conferência Nacional de Saúde. Tanto quanto se deve muito ao Programa Radis a chegada do debate sobre saúde na constituinte a todos os cantos do país. Toda essa base foi fundamental para a discussão da Assembleia Nacional Constituinte. Lembro que, ao final dos trabalhos da Comissão, quando fiz a leitura de seu relatório, o Mosconi [Carlos Mosconi, à época, presidente da Comissão de Saúde da Câmara Federal] abriu o discurso dizendo que tinha absoluta certeza de que o texto que estava sendo apresentado ali era o que iria para a Constituição. Porque refletia não só o pensamento da sociedade e do governo, pactuado através de uma comissão ampla, como também o debate que estava acontecendo na Constituinte. A esse relatório se soma uma emenda popular defendida pelo Arouca na Constituinte. Não fomos os únicos, obviamente, mas os cursos descentralizados, a 8ª Conferência, o Radis com o *Jornal Proposta* e a Comissão Nacional da Reforma Sanitária, foram importantes para os resultados alcançados. Tenho muito orgulho de ter participado deles.

E hoje, que avaliação você faz do SUS, comparando com o projeto idealizado por vocês?

É aquela metáfora do copo metade cheio, metade vazio [Radis 127]. O avanço da proposta é absolutamente extraordinário e espetacular. Mas hoje, certamente, quem participa do processo da Reforma Sanitária, não tem dúvida de que aos poucos esse copo está sendo esvaziado de questões que podem ser de difícil reversão. Todos reconhecemos que há a necessidade de mudar, de rever a gestão, os modelos de atenção, o financiamento, a formação de quadros de gestores e profissionais, mas sem alterar ou abandonar os princípios fundamentais do SUS. É certo que a expectativa que se tinha em 1986 era de um processo mais acelerado do que na verdade foi.

Ary Miranda [pesquisador da Ensp] entra no debate. Ele considera que o SUS sofre

um revés com relação à concepção original e pergunta que análise pode ser feita para compreender este fenômeno e quais são os caminhos para sua superação?

Assim é que eu gosto dos amigos, pergunta fácil de responder [risos]. Ary, Luiz Fernando e Christina Tavares fazem parte indissociável daquela presidência com Arouca. Vou repetir: continuo a lutar pelos princípios por que lutamos a vida toda. Não abdiquei e não vou abdicar dos princípios básicos do SUS, universalidade, integralidade, equidade e a velha e boa “gratuidade”. No entanto sofremos uma série de reveses do ponto de vista político que precisam ser considerados. O panorama atual é muito diferente do que trabalhamos depois da Constituinte. De lá pra cá, perdemos muito, em especial do ponto de vista político-ideológico. Onde estão as nossas utopias capazes de dar conta de nosso tempo? Muitas vezes o que vemos é a tentativa de recuperação das velhas ideias. Eu não sei ler o que está acontecendo hoje. Não tenho instrumentos. Nossa academia, partidos e lideranças políticas não estão conseguindo criar esses instrumentos. Continuamos com ferramentas velhas, enferrujadas, ultrapassadas. A minha questão hoje em relação ao SUS é como conseguir estancar essa sangria e como fazer para o copo voltar a encher.

Seu amigo Luiz Fernando pergunta se você lembra do último dia do Blois como diretor da Ensp?

No dia da aula inaugural de 1968 da Ensp, com a presença de ministro, representantes militares, eclesiásticos, representante de organizações internacionais, o Blois chega atrasadíssimo, estaciona o *karmann ghia* [carro esportivo da época], dá a volta e abre a porta para a secretária dele. Quando entra no auditório, já causa um frisson. Não chama ninguém para compor a mesa, só vai cumprimentando um e outro. A única pessoa que ele chama para a mesa é a secretária. Daí para a queda foi um pulo. [risos].

É verdade que você ainda hoje tem o guarda-ngo com os primeiros rabiscos do que seria a Casa de Oswaldo Cruz?

Entreguei para a Casa de Oswaldo Cruz, não sei se o original ou uma cópia, mas eles têm o pedaço de uma toalha de um restaurante que era ali na Praça nas Nações em Bonsucesso onde iam pensar livres, leves e soltos de qualquer amarra. Nós saíamos sempre juntos para comer, beber e articular. Como já dizia Humphrey Bogart, “o mal da humanidade é estar sempre dois uísques abaixo”. Com dois uísques, você chega a um estado em que pode começar a ter audácia. Com Bogart como inspirador, nunca discutíamos sem seguir seu sábio conselho [risos]. Nesse dia, começamos a trabalhar na ideia do que viria a ser a Casa de Oswaldo Cruz. Rasguei a toalha de papel em que ia rabiscando as ideias e fazendo desenhos e guardei. Ato seguinte meu entusiasmo era de tal ordem que extrapolei a recomendação de Bogart e acabei em uma lamentável situação, apoiado por Luiz Fernando e Arouca, devolvendo o excesso da bebida até os dois uísques recomendados. Moral da história: estávamos juntos em qualquer situação [risos].

Você é um dos idealizadores do Canal Saúde. Paulo Buss [diretor do Centro de Relações

Internacionais da Fiocruz] pede que conte para os leitores de Radis como faziam as gravações dos primeiros programas há 20 anos. Segundo ele, há histórias hilárias.

[Muitos risos] No início, Paulo Buss e eu tínhamos que produzir as cabeças [aberturas] do que iria ser veiculado. E era a coisa mais antitelevsão que já existiu. Dizíamos: “Agora, vocês vão ver isso assim e assado, vão escutar isto e aquilo”. Ou seja, ninguém precisava mais assistir ao programa porque a dupla de apresentadores já tinha explicado tudo o que viria a seguir. Essas gravações eram feitas na garagem da casa do [cineasta] Zelito Viana, que se dispôs a nos dirigir e gravar. Era feito com um tripé enorme de cinema, um Deus-nos-acuda. Quando chegava minha vez de gravar, subia em um caixote até ficar na altura que tinha sido feito o ajuste para o Paulo Buss, mais alto do que eu um palmo. Quando a gente conseguia arrumar tudo e o Zelito batia palmas e gritava “Atenção, gravando!”, o cachorro dele, solto no pátio, começava a latir. E lá começava tudo de novo. Foi a primeira concorrência que o Canal Saúde enfrentou. Outras vieram, mas aí são outras histórias.

Quais os próximos passos do Canal Saúde?

Sempre me cerquei de pessoas mais capazes do que eu em suas áreas para a coisa toda dar certo. Como falar do Canal Saúde sem Naldo [Dias Alves], Renato [Farias], Lu [Lucilene Fraga], Valéria [Mauro] e tantos outros e outras. Márcia [Correa e Castro] desde há muito divide comigo a direção do Canal Saúde. Uns 70% para ela e o restante para mim [risos]. De uma produtora em 1994, hoje somos uma emissora. Foi em 2010, com o apoio do José Gomes Temporão [Ministro da Saúde, na época], mas no estilo no peito e na marra. Em 2013, o ministro Alexandre Padilha [Saúde] encaminhou ao ministro Paulo Bernardo [Comunicações] a solicitação de um canal de televisão aberta para o Canal Saúde no conjunto da TV Digital Pública. Hoje estamos com 15 horas diárias no ar e 24 horas na internet. E vamos aumentar em 2014. Acabamos de realizar mais uma pesquisa de opinião para saber o que querem de nós. Vamos nos adequando, na medida dos recursos, com o apoio da presidência da Fiocruz, às novas tecnologias, sem abrir mão da discussão de políticas públicas. Mantendo nosso slogan: “Canal Saúde produzindo cidadania”.

O sonho daquele projeto coletivo de médicos, sanitaristas, sociólogos para a saúde foi realizado? Com o que você sonha hoje?

Em não abandonar o sonho. Sonhar e, na medida do possível, realizar. Eu não sei o que vem pela frente, agora, eu sei que vou no tranquilo, com meu cavalo encilhado. Valeu a pena. Eu repetiria tudo de novo sem esporear muito mais minha história e os que me cercam [risos].



Arlindo Fábio, em diferentes momentos do Canal Saúde, do qual foi fundador: de produtora, em 1994, a emissora, em 2010